



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA
COMITÊ GESTOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ GESTOR DA ICP-
BRASIL, EM 30 DE SETEMBRO
DE 2015.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de 2015, nas dependências da sala de reuniões do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, situado no endereço SCN Qd. 02 Bl. E, na cidade de Brasília/DF, com horário de início às 14h, reuniram-se os membros, Titulares e Suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil – CG ICP-Brasil, servidores do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, representantes por procuração e alguns ouvintes para participar da Reunião ordinária do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Estavam presentes: Renato da Silveira Martini (Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil), Maurício Augusto Coelho (Diretor da DINFRA/ITI – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Pedro Paulo Lemos Machado (Diretor da DAFN/ITI – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI), André Pinto Garcia (Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada do ITI), Fernando Antônio Braga da Siqueira Junior (Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Ricardo Felipe Custódio (Titular da Sociedade Brasileira de Computação – SBC), Júlio César Rogério Cosentino (Titular da ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital), Nivaldo Cleto (Titular da AARB – Associação das Autoridades de Registro do Brasil), Cláudia Maria de Andrade (Suplente do Ministério da Fazenda – MF), Marcos Vinícius Amorim Ferreira Guimarães (Suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), Marcus Vinícius Antunes Liberato (Suplente do Ministério da Justiça), João Rufino (Representante por procuração do GSI/PR-Gabinete de Segurança Institucional), Igor Rocha (Representante por procuração da Camara-e.net), Celso Henrique (Representante por procuração do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Antônio Sérgio Borba Cangiano (Membro da COTEC pela ANCD), José Ney de Oliveira Lima (Membro da COTEC pelo MPOG), Leonardo Mussel Bragaglia (Membro da COTEC pelo GSI/PR), Sérgio Fuchs (Membro da COTEC pelo Ministério da Fazenda), Gilberto Neto (Membro da COTEC pelo Ministério da Fazenda), Patrícia Leite (Membro da COTEC pela Camara-e.net), Paulo Roque (Membro da COTEC pela AARB), Eduardo de Magalhães Lacerda (Assessor Especial do Diretor Presidente do ITI), Ruy César Ramos Filho (Assessor da Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Edmar da Silva Araújo (Assessoria de Comunicação do

ITI), Pedro Pinheiro Cardoso (Coordenador Geral da Auditoria e Fiscalização do ITI), Wilson Roberto Hirata (Coordenador Geral de Normalização e Pesquisa do ITI), José Rodrigues Gonçalves Júnior (Coordenador Geral de Segurança da Informação do ITI), Angela Maia (Ouvinte da SAFEWEB), Luiz Zancanella Júnior (Ouvinte da SAFEWEB), Gianni Moreira Leitão (Ouvinte da Fenacor), Rodrigo Timm Wepster (Ouvinte da CNC), conforme lista de presença, para tratar da pauta a seguir:

PAUTA DELIBERATIVA:

Dr. Renato Martini abre a reunião apresentando a pauta de trabalho. Ressalta a presença dos representantes por procuração como Igor Rocha em substituição a Manuel Matos da Camara-e.Net, João Rufino pelo GSI/PR, em substituição ao General Marconi, e Celso Henrique pelo MDIC. Agradece aos integrantes indicados para a Comissão Técnica Executiva - COTEC pela contribuição na última reunião, dando ênfase a riqueza das contribuições nos trabalhos. Passa a palavra para o Dr. Maurício que sintetizou os trabalhos e sugestões dadas na COTEC. Falou ainda da apresentação do Lacerda e da contribuição jurídica do Procurador-Chefe do ITI, Dr. André Garcia.

1. Sistema de Identificação Biométrica da ICP-Brasil:

Dr. Maurício faz um resumo acerca da reunião da COTEC do dia 15/09/2015. Agradece aos membros da COTEC pelas contribuições naquela reunião e explica como conduziu os trabalhos. Quanto ao primeiro item da pauta, Sistema de Identificação Biométrica da ICP-Brasil, informou que: quanto à estrutura do sistema biométrico, não houve contestações, críticas ou sugestões de alterações; quanto ao modelo jurídico, foi consolidado e entendido; quanto aos padrões e especificações técnicas e fluxos operacionais, foram esclarecidas questões operacionais, discutidas questões de prazos para as implementações, principalmente por parte das entidades públicas e também os modelos possíveis de vinculação dos PSBios. Preocupações com custos e impactos no preço dos certificados digitais foram levantadas e combinou-se que a ANCD apresentaria um estudo com os impactos dessas implementações ao CGICP-Br. Quanto ao segundo item de pauta da COTEC, criação do grupo de estudo de revisão permanente do PAdES, CADES e XAdES, informou que o grupo está criado e sob coordenação do Wilson Hirata, que definirá a agenda e o cronograma de trabalho. Na sequência Dr. André Garcia comenta o modelo jurídico que respalda o sistema biométrico da ICP-Brasil. Dr. Maurício informa que, tecnicamente, tudo o que está sendo proposto ao Comitê em termos de biometria está de acordo com o que o TSE está implementando. Dr. Renato comenta que o Projeto de Lei 12/2015 tem como questão fundamental coibir a coleta da biometria de maneira indiscriminada. Em seguida, Lacerda explana sobre a arquitetura do sistema biométrico

da ICP-Brasil e seus aspectos técnicos e operacionais.

Passada a palavra para o Conselheiro Júlio Cosentino da ANCD, este informou que estão fazendo estudo sobre os impactos da certificação digital nas questões tangíveis e intangíveis, esclarecendo que trará uma apresentação para a próxima reunião.

Dr. Renato fala da melhoria do custo para a certificação digital com o sistema biométrico, principalmente na extinção de dupla validação. Dr. Maurício aborda a questão de custo sob a ótica da fraude, que agrega custos ao sistema e que o novo sistema ao enfrentar a fraude fará cair esses custos. O Conselheiro Fernando do MPOG destaca que o aumento de segurança pode também levar ao pleito junto às seguradoras de baixa do valor dos seguros contratados pelas ACs. O Conselheiro Nivaldo da AARB ainda não consegue enxergar a economia de custos para Pessoa Jurídica. Dr. Renato responde que isso vai impactar quando se conseguir agregar os sistemas das juntas comerciais. Dr. Maurício corrobora entendimento do Nivaldo quanto à verificação da documentação das pessoas jurídicas, mas destaca que a identificação das pessoas físicas que representam as empresas já trará benefícios imediatos, e que a massificação de certificados de pessoas físicas, quando ocorrer, poderá ser uma via alternativa com custos menores também no uso empresarial/corporativo.

Dr. Renato destaca a questão do PSBio, que existem 2 modelos de vinculação para serem escolhidos: um modelo que segue a cadeia hierárquica da ICP-Brasil e outro de vinculação direta à AC Raiz.

Júlio Cosentino faz o pedido pela ANCD, para estender o prazo de 120 para até 180 dias para início da coleta biométrica. Dr. Renato fala que o ITI não tem óbices. Rodrigo da CNC pede esclarecimentos sobre o prazo. Dr. Renato esclarece que 180 dias para o sistema se preparar para fazer a coleta da biometria, sem prejuízo de quem quiser coletar antes. Dr. Maurício esclarece que as ARs não vão trabalhar sozinhas e sim coordenadas por suas ACs.

Retomada a discussão da proposta sobre a vinculação dos PSBios, Dr. Renato pergunta se os modelos devem ser excludentes. Dr. André Garcia responde que na prática não há diferenças entre os dois modelos e opina que acha que deve se manter a vinculação que já existe no modelo da ICP-Brasil, e que manter 2 modelos traria insegurança. Igor opina que o modelo da vinculação traz mais segurança, que seria mais produtivo que o agente que já possui vinculação seja o credenciado. Nivaldo achou a ideia dos 2 modelos brilhante para a flexibilidade do sistema. Dr. Pedro Paulo fala que para a DAFN não faz diferença, qualquer um dos modelos será auditado. Dr. André Garcia entende que a melhor garantia está no modelo hierárquico. Pedro Cardoso complementa que o modelo de vinculação hierárquico exige mais da máquina burocrática, mas não faz diferença a adoção de um ou outro. O Professor Custódio pergunta se um PSBio vai poder prestar um outro

serviço para a sociedade? Dr. Maurício respondeu que no momento não, é um modelo fechado à ICP-Brasil. Encaminhamento: escolha pelo modelo hierárquico, com prazo de até 180 dias para início das coletas biométricas e entrada em operação de todo o sistema em até 12 meses. Deliberação: aprovada a adoção do Sistema de Identificação Biométrica na forma proposta com os ajustes esclarecidos no encaminhamento acima.

2. Alteração da Fonte Confiável do Tempo (FCT) da Entidade de Auditoria do Tempo (EAT) da ICP-Brasil: Dr. Maurício expõe a questão da fonte confiável do tempo usada pela ICP-Brasil, a Hora Legal brasileira – HLB, provida pelo Observatório Nacional – ON, que trouxe alguns questionamentos quanto a validade jurídica do que fazemos quanto a sua propagação em nossa rede de carimbos do tempo no ano passado e ao longo deste ano. Quando o ITI usa a HLB internamente o ON entende que está tudo bem, mas manifesta discordância quando o ITI sincroniza nossas ACTs. O ON disse que não renovará o acordo de cooperação técnica com o ITI por essa discordância. Dr. Maurício esclarece que o ITI já possui instalado e em operação um relógio de césio altamente preciso e capaz de manter a hora UTC sincronizada para a ICP-Brasil. Informou ainda que estamos trabalhando junto ao Inmetro, órgão responsável no Brasil pela manutenção da hora UTC no mundo, para formalizar um acordo para sermos um órgão que integra essa rede mundial. A proposta é de substituição da HLB por hora UTC provida pelo ITI tanto para a rede de carimbos de tempo da ICP-Brasil, quanto para o sincronismo das ACs da ICP-Brasil. Deliberação: item aprovado na forma proposta.

3. Prorrogação da vigência da Resolução CG ICP-Brasil nº 107, de 25 de agosto de 2015. (Sugestão de Pauta da Associação Nacional de Certificação Digital – ANCD): Júlio Cosentino solicita prorrogação do prazo para implementação do fim da renovação online de certificados digitais de pessoa jurídica por 90 dias. Deliberação: aprovado.

Júlio Cosentino solicita ainda que seja revisado pelo ITI prazo de implementação da lista negativa. Nivaldo pede esclarecimentos sobre a despersonalização da Pessoa Jurídica. Dr. André Garcia faz o esclarecimento.

4. Informes Gerais. - sem informes gerais a apresentar.

Então, deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI
Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação